



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Teoria crítica, um projeto ocidental

Critical theory: a western project

Alex da Rosa¹

Resumo: O presente artigo consiste em um ensaio que propõe a divisão ocidental/não-ocidental como forma de compreensão ontológica de elementos discursivos da teoria crítica. Explorando a teoria cosmopolítica e a decolonial, verifica-se uma semelhança estrutural entre ambas pelo modo como organizam os objetos de saber e existem em relação de dependência com um conjunto discursivo que criticam. A crítica em função da representação aparece como forma de manutenção não só de uma separação entre modernos e não modernos, capitalistas e não capitalistas, mas, num metaenquadramento capaz de organizar e distribuir as posições prévias, numa divisão entre ocidentais e não ocidentais.

Palavras-chave: Cosmopolítica. Decolonialidade. Teoria Crítica. Ocidental.

Abstract: This essay proposes the Western/non-Western divide as an ontological framework for understanding discursive elements within critical theory. By exploring both cosmopolitical and decolonial theory, the text identifies a structural similarity in how each organizes its objects of knowledge and maintains a dependent relationship with the discourses they aim to critique. Within this context, the critique of representation emerges not only as a challenge to the separation between moderns and non-moderns, capitalists and non-capitalists, but also as a meta-framework that organizes and distributes pre-established positions, ultimately reinforcing the division between Western and non-Western perspectives.

Keywords: Cosmopolitics. Decoloniality. Critical Theory. Western.

¹ Doutor em Filosofia (PUC-RS), mestre em direito (UNESC), graduado em direito (UNESC), graduado em filosofia (UNIASSELVI) e graduado em sociologia (UNIASSELVI) Professor Faculdade SENAC. Currículo Lattes: www.lattes.cnpq.br/9538205249595183; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1797-6053>; Contato: alexdarosa@hotmail.com.br



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Introdução

Os debates contemporâneos da teoria crítica têm produzido uma série de formulações acerca dos limites da modernidade, das formas de conhecimento e das possibilidades de organização política do mundo comum. Seja pela via da teoria decolonial latino-americana, seja pelas formulações cosmopolíticas oriundas da filosofia da ciência, da antropologia e dos estudos ambientais, observa-se um movimento convergente de crítica às categorias modernas que organizaram a experiência ocidental nos últimos séculos.

Entretanto, apesar da multiplicidade de autores, conceitos e tradições mobilizadas por essas correntes, permanece uma questão que atravessa grande parte dessas formulações: em que medida uma crítica da modernidade pode efetivamente ultrapassar o horizonte da própria modernidade? Ou ainda, em que medida as formas contemporâneas de teoria crítica conseguem escapar das categorias que tornam possível sua própria existência enquanto discurso?

É a partir dessa questão que se organiza o presente ensaio. Nossa hipótese é que tanto a teoria cosmopolítica quanto a teoria decolonial, embora apresentem objetos distintos e vocabulários próprios, compartilham uma mesma posição estrutural diante do problema da modernidade. Ambas existem em função de um objeto crítico comum e ambas dependem de mecanismos de representação para tornar inteligíveis os sujeitos, saberes ou entidades que procuram incorporar ao campo político. Nesse sentido, aquilo que aparece como exterior à modernidade surge já mediado por procedimentos que pertencem ao próprio universo moderno de produção do saber.

A partir dessa observação, o texto propõe uma ampliação de escala na compreensão dos conflitos políticos e ontológicos contemporâneos. Em vez de tomar como ponto de partida apenas as divisões entre modernos e não modernos, coloniais e decoloniais, sugere-se a possibilidade de um metaenquadramento capaz de reorganizar essas categorias a partir de uma distinção mais ampla entre ocidental e não ocidental.

A proposição parte da constatação de que grande parte das teorias críticas contemporâneas, mesmo quando denunciam os limites do universalismo europeu,



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

continuam operando no interior de um regime representacional que pressupõe a separação entre sujeito e objeto, representante e representado, saber e não saber.

Para explorar essa hipótese, o texto toma como interlocutores autores associados à teoria cosmopolítica, especialmente Bruno Latour, Isabelle Stengers e Donna Haraway, bem como autores vinculados ao pensamento decolonial, entre eles Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Catherine Walsh e Enrique Dussel.

A aproximação entre esses autores busca identificar uma semelhança estrutural na forma como organizam seus objetos de saber e constroem posições críticas em relação à modernidade. Num segundo momento, a discussão é ampliada mediante a incorporação de autores como Henry Corbin, Davi Kopenawa, Hardt & Negri e Olavo de Carvalho, visando compreender um problema ontológico mais amplo relacionado às noções de império, sujeito e alma.

O percurso do ensaio desenvolve-se em três movimentos. Inicialmente, examinam-se algumas formulações da teoria cosmopolítica e seus desdobramentos políticos. Em seguida, analisa-se a teoria decolonial a partir de suas relações com a crítica da modernidade e da colonialidade. Por fim, procura-se demonstrar que ambas podem ser compreendidas como expressões distintas de um mesmo projeto crítico ocidental, sugerindo a divisão entre ocidental e não ocidental como ferramenta de compreensão das disputas ontológicas e políticas contemporâneas. Buscando contribuir para o debate acerca das condições de possibilidade da própria teoria crítica, o artigo observa como seus gestos de crítica, representação e incorporação podem, simultaneamente, contestar e reproduzir os horizontes ontológicos dos quais emergem.

Pensamento ocidental I

Our western philosophy has been the theatre of what we may call the 'battle for the Soul of the World'. [...] Is it a matter of a battle that has finally been lost, the world having lost its soul, a defeat whose consequences weigh upon our modern visions of the world without compensation? (Corbin, 1977, p. XIV)

Em 2017 lançava Bruno Latour seu livro *Down to Earth*, posteriormente traduzido em 2024 como *onde aterrar*, mais um livro da sequência de proposições político-



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

ecológicas que vinham pautando os textos do autor, na medida que complexificavam e aprofundavam o esquema teórico proposto pelo próprio em *Jamais fomos modernos*, ainda na década de 90.

Para o autor, o tradicional eixo político entre direita e esquerda – num sentido básico de esquerda como vetor ao comunismo e direita enquanto vetor ao liberalismo, enquanto função do estado e coletividade frente a propriedade privada -, além de não funcionar, pouco descrevia o mundo ou sequer aquilo que era dito sobre ele. Em partes, a argumentação é a seguinte:

Os primeiros atores envolvidos são os modernos e os não modernos, descritos em seu livro que o projetou para o mundo. Modernos seriam todos aqueles que participam do paradigma político, econômico e sobretudo intelectual vigente a partir das transformações do século XVII, principalmente a revolução científica e o estabelecimento do capitalismo (Latour, 2019a).

Os modernos produzem a si próprios através de uma precária correlação intelectual formulada que media e classifica o que chamamos de natureza e cultura. São os modernos que classificam o que é natureza, o que é cultura, são os modernos que definem e estudam a si próprios, à mais característica das descrições sobre invenção e morte do homem enquanto ciências humanas, segundo Foucault (2002).

A principal consequência foi o estabelecimento de uma dominação política, militar e epistemológica dos modernos sobre os não modernos, aqui, leia-se, especialmente os povos originários, visto que estes não compartilhavam dos modelos sociais (Clastres, 2018; Karatani, 2014) e intelectuais de conhecimento do mundo e de si mesmos (Viveiros de Castro 2017, 2018, 2020).

A partir desse paradigma da modernidade, como que numa ampliação de escala, o problema político é redefinido e comporta as tradicionais divisões de esquerda e direita. Há uma oposição política entre moderno (global) e não moderno (local) que comporta em cada um desses polos a posição anterior de direita e esquerda. Há uma opção política-intelectual a favor da modernidade (global) – no sentido atribuído ao autor -, que pode ser tanto direita quanto esquerda no sentido clássico, assim como há uma posição não moderna (local) que igualmente comporta as tradicionais direita e esquerda.



Figura 1 – Eixo de organização política entre moderno e não moderno

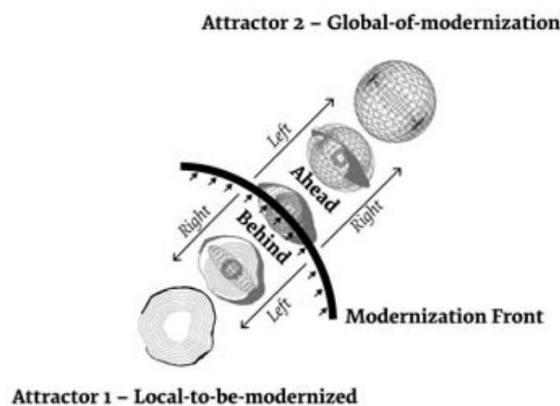


Figure 1

Fonte: Latour, 2018, p. 29.

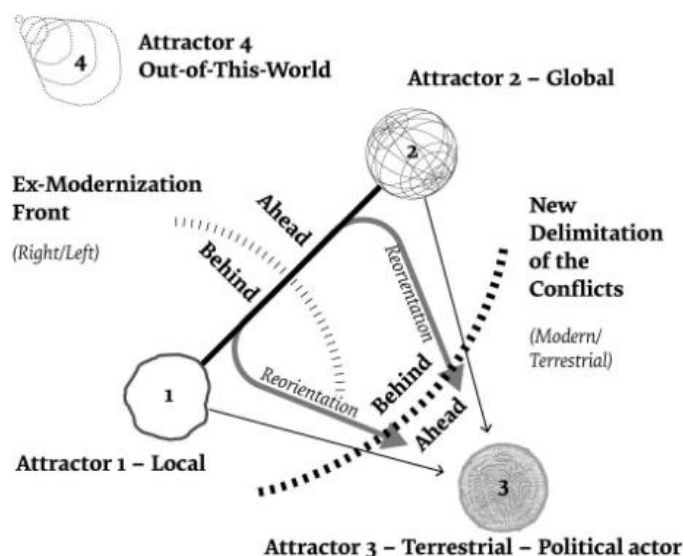
Na argumentação de Latour, esse paradigma se complexifica inserindo a posição de dois outros, o atrator de fora desse mundo e o atrator terrestre, remontando a opção do aceleracionismo – pró global, direita ou esquerda – ou dos *gaianos*, movimento de desaceleração do capitalismo e/ou subversão dele. Isto porque uma das condições da modernidade, é, com efeito, a exploração dos recursos naturais e esgotamento da terra, manifestos na crise climática e no colapso social e ambiental decorrente. O esquema:

Figura 2 – Eixo de organização política entre terreno e fora do mundo



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa



Fonte: Latour, 2018, p. 47.

As posições políticas decorrentes do iminente colapso seriam posições que buscassem soluções fora da terra e soluções que buscassem alternativas dentro da terra. O desdobramento desse problema político é uma reorientação, tensionando o problema não mais entre direita e esquerda, nem mais entre moderno e não modernos, mas sim entre global e terrestres.

Entretanto, a substituição do moderno por global que progressivamente acontece ao longo do livro, assim como a substituição do não moderno/local para o terrestre, como visto na relação entre as figuras expostas, parece implicar que, o eixo global, além de comportar direita e esquerda, comportaria modernos e não modernos, enquanto os terrestres igualmente poderiam ser direita-esquerda ou moderno não moderno.

Apesar de um contrassenso lógico no primeiro nível, a pergunta que se instaura é a possibilidade de existência de terrestres modernos, ou globais não modernos, qual, responde-se aqui afirmativamente. Do ponto de vista lógico, parece uma contradição sugerir a existência desses atores, visto que aquilo que os caracteriza estaria implicado na contradição, no sentido de que ser moderno é necessariamente ser global porque o global é o projeto de modernidade, enquanto não moderno é necessariamente local, isto é, vincular um sujeito político à uma organização socioeconômica história e contingencial.



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Nossa proposição é afirmar a existência de terrestres modernos, sendo inclusive um deles, o próprio Latour, ainda que isso pareça um contrassenso. Isto é, usando a própria teoria do autor, desde *Jamais fomos modernos*, em *políticas da natureza* ou no parlamento das coisas, há para o autor uma função de representação que elide essa posição de terrestre moderno, ou melhor, a torna necessária.

Toda proposição de Latour vai vir a ser uma função representação, em que os modernos vão representar os outros atores que não podem por si falar, como no caso das forças da natureza, ou nas discussões de gaia. Os objetos híbridos criados pelos modernos, os “fáticos”, os objetos de saber que mediam a natureza e a cultura a partir de constructos intelectuais, são assim reconhecidos e trabalhados a partir disso – em função da representação humana, verbal, linguística.

A sugestão de que a modernidade é uma produção sintética não tem como solução, para o autor, desconsiderá-la. O projeto político moderno não é abandonado. Indica que não há como “voltar” da modernidade, mas toma como caminho incorporar outros elementos e mediar esse mundo a partir desses autores, agora, por sua vez, conscientes da sua função representação, é uma *crítica* da modernidade.

Essa posição é tomada para evitar o absurdismo, para evitar a impossibilidade do próprio discurso e se tornar parte legítima. Revisitando as categorias dos atratores políticos, o terrestre pode comportar o moderno, mas fazê-lo seria uma contradição absurda porque suporia que há dentro daqueles que lutam por uma política terrestre, no sentido de ser contrário à exploração capitalista da terra, membros que desfrutam de uma posição moderna, seja pela qualidade política do sujeito ou pelo mundo intelectual que habitam.

Entretanto, esses problemas são mais tautológicos que fáticos, ou ainda melhor, ontológicos. Proposições como essa de Latour enquadram-se nos oximoros de pobre de direita e rico de esquerda, ou terrestre moderno. Assim, todo texto científico de esquerda é reformista, é conservador, é moderno, no sentido de que no limite não foge do esquema representativo moderno. Seria como dizer algo sem fazer uso da linguagem.

Acontece que aquilo que não é moderno não é sequer representável para os modernos, então tudo aquilo que aparece no eixo político como não moderno é uma



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

representação moderna dos não modernos, inclusive dentro tal formulação pode a rigor ser extraída do pensamento de Latour (2018, 2019a, 2019b, 2020)

O não moderno, por si, seria fora da linguagem acadêmica, inclusive, no limite, fora da linguagem, como a inclusão dos outros que humanos dentro da teoria cosmopolítica. Então, toda a inclusão não moderna, o caminho outro que moderno que aparece, é mera representação já traduzida dentro do esquema moderno, numa espécie de procedimento kantiano. São duas diferenças, uma entre os modernos e não modernos enquanto formulações teóricas acerca dos objetos de não saber; e a diferença dos ocidentais e não ocidentais enquanto projeto político.

Para os modernos, a ciência atua como dispositivo que vai fornecer os objetos de saber. Ainda dentro dos modernos, a psicanálise vai ser o dispositivo intelectual de medir e circunscrever um espaço para o não saber, o inconsciente freudiano, codificado pela linguística lacaniana.

Ainda dentro do paradigma moderno, a esquizoanálise denuncia na psicanálise a captura desse objeto de não saber e a codificação feita do mesmo, transposição e adaptação ao paradigma científico. No limite do saber moderno, a arte igualmente aproxima e delimita no campo da experiência os objetos de não saber. Já para os não modernos, o objeto de conhecimento de funde à compreensão cósmica – como demonstrado pelo perspectivismo ameríndio.

Pensamento ocidental II

Pela via da sociologia brasileira de Holanda (1994), Prado Junior (1995) e Florestan Fernandes (1975) ou do pós-colonialismo em Said (2007); Homi Bhabha (1998); Gayatri Spivak (2010), da perspectiva latino-americana (Dussel, 2005; Galeano, 2000), incluindo os nomes clássicos como Aníbal Quijano (1992), Walter D Mignolo (2017), Catherine Walsh (2007, 2009, 2012), Boaventura de Sousa Santos, formulou-se uma espécie de paradigma teórico e político chamado de eixo-sul/norte, fazendo referência aos colonizados e colonizadores.

Na América Latina, parte principalmente de Quijano e o célebre texto de *colonialidade do poder*, em que o autor propõe que o colonialismo não terminou com a



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

independência dos países latino-americanos, mas que sua lógica de dominação permaneceu viva nas formas de conhecimento, nas estruturas sociais e nos modos de subjetivação.

A ideia de capitalismo de dependência já era largamente difundida na teoria marxista, inclusive na sociologia brasileira de Florestan Fernandes e Caio Prado Junior, mas a incorporação de elementos da epistemologia francesa, principalmente a noção Foucaultiana de subjetividade, fez com que a teoria decolonial constituísse para si um campo acadêmico separado da teoria marxista a rigor.

Assim, principalmente ao redor do grupo *Modernidade e Colonialidade* de Quijano, desenvolveu-se e alargou-se a teoria crítica para que mantivesse sua base materialista, mas alargasse o alcance epistemológico com conceitos vindos do pensamento francês.

Se fortalece a noção de colonialidade do ser/saber/poder, ampliando as dimensões da colonialidade e discutindo principalmente noções acerca do saber. Nisso, a literatura decolonial é muito semelhante às formulações contemporânea vindas do movimento ambiental, cosmopolítico e da filosofia da ciência, do pensamento europeu, como visto em Latour (2018, 2019a, 2019b, 2020), Stengers (2002, 2010, 2015) e Haraway (2008, 2009, 2016, 2021), no sentido de reconhecer uma dominação epistemológica concomitante a política.

Autores decoloniais como Lander (2005), Albán & Rosero (2016), Leff (2007), Silva, Borda & Foppa (2021), entre outros, tem proposições teóricas extremamente semelhantes às dos autores supracitados. Então, o que qualifica os últimos como decoloniais, e assim qual a qualificação dos primeiros?

A teoria decolonial propõe a ideia de que a modernidade europeia está indissociavelmente ligada à colonialidade, ou seja, que o progresso e o desenvolvimento da Europa foram construídos à custa da exploração e dominação de outros povos. Logo, não é possível adotar os ideais modernos (como universalismo, ciência e desenvolvimento) sem antes questionar ou criticar suas bases coloniais.

Nesse sentido, o projeto decolonial propõe a construção de um "pluriverso", um mundo onde diferentes formas de vida, conhecimento e organização social possam coexistir em igualdade, sem que uma visão de mundo se imponha sobre as outras, como



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

propõe de maneira estruturada Wolkmer (2014) com o pluralismo jurídico e posteriormente com a questão ambiental.

Então, a síntese decolonial é uma crítica ao modelo eurocêntrico de pensamento, de racionalidade, que sustenta e mantém uma relação de dominação política intrinsecamente ligada com a dominação econômica, em que as formas de extração de mais valia ora coloniais hoje pela dimensão do capitalismo de dependência se estruturam enquanto neocoloniais.

A proposição política, por sua vez, implica a valorização das epistemologias do Sul, o reconhecimento das lutas dos povos indígenas, negros e periféricos, a crítica às estruturas globais de dominação ainda vigentes, e a sugestão de uma habitação de um mundo em comum em que as diferentes noções epistêmicas possam fazer parte em pé de igualdade de um sistema em comum.

Entretanto, a teoria ainda mantém a própria posição enquanto partícipe, ainda que crítica, de um sistema que deve agora abarcar outros sistemas, pois abrir mão da própria posição seria abrir mão de si, e abrir mão do sistema (teórico) seria abrir mão de sua posição enquanto de saber.

A teoria decolonial só existe enquanto crítica da teoria colonial e sua noção de autonomia plural não destrói o sistema prévio, campo que mantém a estrutura do saber capaz de enunciá-lo, ainda que autorize, ou nesse caso, clame por meio da denúncia, a integração de outros agentes. Bem observado, a síntese do pensamento decolonial encontra fortes ecos no pensamento de Latour, especialmente na noção de parlamento das coisas.

O conceito vem como forma de tentar mediar a separação operada pela ciência na classificação de natureza e cultura, na forma de uma proposta política para repensar quem deve ter voz nas decisões que afetam o mundo comum. No Parlamento das coisas, os não-humanos não falam literalmente, mas são representados por humanos — cientistas, ativistas, povos indígenas, artistas, técnicos, ambientalistas, etc. A ideia é que esses representantes tragam para o debate político as demandas e os efeitos dos não-humanos, de modo que a natureza deixe de ser apenas objeto.



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Observa-se assim semelhança entre o pensamento cosmopolítico e o pensamento decolonial. Ambos partem da crítica da razão, a razão como baliza eurocêntrica e a modernidade como aplicação política da premissa epistemológica, ambos podendo ser qualificados enquanto terrestres pois possuem uma oposição à um denominador comum, a modernidade.

A partir disso, repete-se a crítica realizada no tópico anterior. Tanto a posição cosmopolítica, quanto a posição decolonial, são posições terrestres modernas que se opõem à modernidade, e a condição para isso é a condição de possibilidade de existência dela.

A posição terrestre moderna só pode existir enquanto ou crítica ou em função de representação. Enquanto crítica, a posição terrestre moderna realiza uma crítica à modernidade, ainda que ela faça parte dela, isso é, porque criticar as bases epistemológicas por meio de um artigo científico estruturado segundo modelos institucionais, utilizando-se de uma lógica escrita, utilizando-se da linguagem, é necessariamente, participar do paradigma da modernidade.

Logicamente, a contradição não pode ser aceita sob pena de absurdismo, então a teoria crítica passa a existir em função de representação. A teoria decolonial, por meio de linguagem, forma e estrutura, realiza, anuncia e torna possível representação das outras formas de saber às quais diferencia-se. A teoria cosmopolítica, como no exemplo de Latour, por meio de uma instituição incrivelmente moderna, realiza a representação dos modernos que não podem por si falar.

Insiste-se agora no ponto da representação e da existência desses sujeitos exclusivamente a partir da representação dos mesmos, observando como a posição crítica dos seus autores se legitima a partir da posição que ocupam de representantes, elidindo o ponto que o próprio sistema de representação que distribui a representação é mantido por esses justamente em sua função de crítica ao mesmo.

A conclusão soa absurda pois retirando a crítica ao modelo, seria apenas endosso, e retirando a representação, restaria a injustiça de como fazer falar aqueles que não tem voz ou como representar o não representável. Assim, o pensamento decolonial é tão



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

moderno quanto o pensamento moderno é decolonial, tanto quanto os limites dessas categorias permitam manterem a si sem descaracterizarem.

Limites do pensamento ocidental

Essa aparente contradição, colocada em termos de condições de possibilidade do discurso, pode ser reorganizada inserindo um novo eixo ontológico de compreensão. Se tanto o pensamento cosmopolítico quanto o decolonial podem ser compreendidos, segundo nossa argumentação, enquanto partícipes do paradigma de modernidade, ainda que terrestres, o que é esse algo que ambas se opõem?

Esse algo representado é tangenciado múltiplas vezes. Sua existência é sabida, mas a compreensão é sempre um gesto de violência. Para os modernos europeus, chamam de objetos de não saber (Did-Huberman 2020, 2021), para os modernos latinos, chamam de saberes ancestrais, ou outros saberes. No ápice de codificação científica dentro dos limites modernos, chamam de psicanálise (Freud, 2010), ou, na sua forma crítica, esquizoanálise (Guattari, 2019).

Gostaríamos de inserir um outro vetor que possibilite a compreensão do argumento no texto, num modelo capaz de compreender a aparente posição contraditória dos modernos terrestres, sugerindo uma outra categoria que partisse de uma divisão entre ocidental e não ocidental, a partir do conceito de império. Enquanto a diferenciação entre modernos e não modernos diferencia a nível de procedimento epistemológico, a diferenciação entre modernos e terrestres sugere uma compreensão de agir político relacionado principalmente ao modelo econômico.

Entretanto, nenhuma dessas categorias explica o que está em jogo nos projetos políticos em questão. Os cosmopolíticos enfatizam a terra como atrator político, os decoloniais o fim do capitalismo como modelo econômico, ambos podem ser pensados no Capitaloceno (Moore, 2016), mas o que ambos fazem oposição é a outra coisa, tanto enquanto objeto quanto forma, que podemos tratar pelos conceitos de império e Alma.

A noção de império consagrada na teoria crítica de Hardt & Negri (2001, 2004), numa espécie de atualização marxista a partir de conceitos da filosofia francesa, também aparece no teórico da direita alternativa brasileira, Olavo de Carvalho.



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Para Olavo de Carvalho (2020), a noção de *império* está intimamente ligada à ideia de dominação ideológica e geopolítica exercida por elites globalistas que buscam instaurar um governo mundial. Ao melhor estilo de Gramsci, a luta não se manifesta por meios militares convencionais, mas por estratégias culturais, políticas e econômicas que visam minar a soberania das nações e uniformizar as culturas sob um modelo tecnocrático e materialista.

Em sua visão, o império globalista atual representa um embate civilizacional entre dois projetos: de um lado, o projeto civilizacional fundado em princípios metafísicos, na moral cristã e na razão clássica; de outro, o projeto revolucionário — herdeiro das ideias iluministas, marxistas e niilistas — que busca subverter essas bases em nome de uma nova ordem universal.

A rigor, ambos têm a mesma compreensão sobre o que é o império, apesar de compreenderem de maneira inversa quem é conquistador e quem é conquistado, quem é hegemônico e quem é contra hegemônico. Nesse sentido, apesar de Olavo se parecer moderno quando argumenta numa volta da razão, a compreensão realizada por ele é completamente ética, contrariando a lógica, é, necessariamente, uma compreensão ontológica cósmica muito mais próximas da filosofia ameríndia que da perspectiva científica, assim, não moderna-ocidental.

Já a respeito dos ocidentais e não ocidentais, o que ocorre é uma espécie de amalgama. A noção ontológica que envolve os modernos e não modernos, sobre a compreensão dos objetos e compreensão cosmológica, é compreendida a partir da noção de alma para os não ocidentais, concebida como puramente ontológica, sem diferenciação em relação aos objetos.

Já sobre a diferença dos modernos e terrestres, o projeto político entre os ocidentais e não ocidentais aparece na noção de império. É o conflito entre o ocidente e oriente que está em jogo, entre o projeto ocidental – tanto político, cultural, ideológico, religioso e tecnológico – versus o projeto político oriental. Esquemáticamente, o número de possibilidades se amplia:

Ocidental			Não ocidental		
capitalista	terrestre	moderno	capitalista	terrestre	moderno



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

+	+	+	+	+	+
+	+	-	+	+	-
+	-	-	+	-	-
+	-	+	+	-	+
-	-	+	-	-	+
-	+	+	-	+	+
-	+	-	-	+	-
-	-	-	-	-	-

De todo modo, há uma intersecção no plano ontológico entre os não modernos e os não ocidentais, mas nem todo não moderno é não ocidental. Os não modernos ocidentais são o que se chama de direita alternativa, precisamente por realizarem a rigor o mesmo procedimento de compreensão cósmica, o sujeito funde-se ao universo numa compreensão síncrona que não necessita de conectivos lógicos, mas sim existenciais. São não modernos, a rigor, mas ainda são ocidentais, porque compartilham da noção de um império ocidental.

Já os não ocidentais podem ser modernos, seguindo o modelo epistemológico asiático de Mao Tsé-tung, ou serem não ocidentais não modernos, como é o caso de filosofia árabe ou da filosofia ameríndia. Isto é, há um projeto ontológico contrário à noção de homem ocidental, seja pela ideia de homem enquanto paradigma cristão católico ou homem duplo objeto de saber; junto a isso, há um projeto contrário à noção de progresso e civilização no sentido moderno.

Esse é exatamente o ponto que se argumenta acerca da identidade estrutural do pensamento cosmopolítico para o pensamento decolonial, em que ambos só incorporam o não ocidental enquanto representação, na medida que sustentam a sua própria posição em função crítica (elemento que reconhece o sistema) que os mantém representáveis.

O que Olavo diz ser objeto de disputa do império (no caso, para ele, o império seria a teoria crítica) é o mesmo objeto que Bifo (2009) sugere como objeto de interesse do capitalismo. A alma, noutras palavras, trata-se, numa escala maior que disponível entre gaianos, terrestres, modernos, etc, de uma oposição entre um projeto ontológico de ocidente e um projeto ontológico não ocidental.

Brevemente, podemos oferecer dois exemplos de pensamento não ocidental. *A queda do céu*, de Davi Kopenawa (2015) e *Spiritual Body and Celestial Earth*, de Henry



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Corbin (1977). Enquanto o primeiro se trata de um exemplo de pensamento indígena brasileiro, sintetizado ocidentalmente em Viveiros de Castro (2018, 2020), o segundo explora a cosmologia espiritual do Irã antigo através da filosofia e mística do Islã iraniano e persa.

A noção de mundo imaginal², entendida por Corbin (1977) como uma realidade intermediária entre o mundo sensível e o mundo puramente inteligível, refere-se à toda estrutura de ressonância que a alma encontra a partir do sistema que estrutura o mundo espiritual iraniano. Essa concepção em muito se assemelha a todo primeiro terço de Kopenawa (2015) acerca dos *xaipiri* e a integração entre espíritos e humanos no mundo.

Não à toa, assim como para os colonizadores europeus, os indígenas foram ontologicamente desclassificados para que pudessem ser exterminados. Hoje, o conflito central entre Europa e oriente médio é novamente uma disputa de projeto ontológico entre um mundo ocidental e um mundo oriental.

Tampouco coincidente é o fato de que as análises de Foucault sobre a revolução iraniana de 1979 foram tão severamente críticas, justamente por ter visto ali, pela primeira vez, uma forma política revolucionária não previamente estruturada, isso é, uma cosmologia não ocidental.

Outro caminho que pode sustentar a argumentação percorre a noção de Teologia Política, desenvolvida por Schmitt (2009), trabalhada subliminarmente por Foucault (2008) no *governo das almas* e retomada por Agamben (2011), sem prejuízo aos clássicos textos de Benjamin (2013) e Weber (2016).

A noção de teologia política sugere que a política contemporânea é uma forma de secularização das práticas religiosas, seja no que tange à estruturação do estado ou aos processos de subjetivação. Para Schmitt (2009), a ontologia política de amigo inimigo baseada na noção de bem e mal religiosa encontra eco na compreensão política contemporânea belicosa.

² Há uma aproximação possível entre a discussão do imaginal e a dimensão ontológica e política presente nas discussões sobre afrofuturismo, na construção do imaginário social e identidade do ser a partir desse espaço imaginário no qual habita-se ontologicamente. Ver mais em Lima (2025).



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Agamben (2011) argumenta como a estrutura teológica do cristianismo serve de modelo para compreensão epistemológica do estado contemporâneo, observando a identidade estrutural entre a organização teológica católica e a distribuição do pensamento ocidental no que diz respeito às noções de estado, justiça, liberdade e democracia.

Foucault (2008), por sua vez, tem na obra chave que é ponto de inflexão nos seus estudos, a noção de poder pastoral. É por meio desse conceito que o autor observa o deslocamento do foco do exercício do poder sobre o corpo e as estratégias de investimento sobre a subjetividade e a construção da noção do sujeito.

Já com um maior recorte sociológico, Weber (2016) reforça a importância determinante do protestantismo na sedimentação de uma ética comprometida com os valores e funcionamento capitalista, enquanto Benjamin (2013) insiste na identidade do capitalismo como um sistema religioso dada ao laço psicológico que realiza nos seus fiéis.

A compreensão da política moderna e contemporânea passa necessariamente por elementos de ordem econômica e social. Insistindo na perspectiva ontológica como organizadora da política, a própria composição do estado moderno, assim como a noção de sujeito, são elementos intrinsecamente ligados ao catolicismo.

Assim, pode-se ampliar a escala de compreensão acerca da orientação política, permitindo perceber como o eixo ocidental/não oriental reflete um conflito duplo: a noção de sujeito e a noção de império. O imperativo categórico católico de pregar a toda criatura da terra impõe um dever de expansão territorial, expansão de uma batalha metafísica a respeito das almas dos sujeitos.

Clastres (2018) demonstra como a posição dos povos originários na América do Sul se tratava de uma complexa rede de exercícios contra a centralização do poder, contra o estado, razão pela qual a pulverização dos povos da América do Sul compreende um limite demográfico que tende a verticalização.

É uma oposição entre um projeto ocidental, católico e moderno, um projeto de império, versus às formas não centralizadas de organização política e que partem da compreensão metafísica de sujeito que promove uma integração cosmológica. Assim, enquanto no pensamento indígena brasileiro todos os homens eram animais e os animais



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

homens; o islamismo, ainda que pertencente ao paradigma cristão, promove em terra a concretização da palavra, que reflete tanto a noção de *jihad* enquanto batalha espiritual e terrestre.

Considerações finais

A presente pesquisa buscou propor uma reflexão acerca das cartografias políticas contemporâneas, localizações éticas e teóricas sobre questões políticas, partindo de dois atratores conceituais, o pensamento cosmopolítico e a teoria decolonial.

Num primeiro momento, a pesquisa buscou demonstrar uma semelhança entre ambos na medida em que parte de um objeto crítico em comum, ainda que supostamente isso levasse a contradições dentro da teoria, como a questão do pensamento decolonial ser oriundo do hemisfério sul enquanto a teoria cosmopolítica tem como protagonista países do eixo norte.

A sugestão da pesquisa é ampliar a escala de compreensão política, a partir do efeito ontológico para os sujeitos, espaço em que se propõe uma organização entre ocidental/não ocidental como ferramenta de compreensão de projetos políticos em jogo, projetos que versam tanto de ações concretas sobre o mundo como dimensões espirituais, ou, na linguagem ocidental, subjetivas.

Essa dimensão imaterial tratada por diversos vocabulários, da alma, da subjetividade, do sujeito, do espírito, apresenta-se para a modernidade a partir do catolicismo, absolutamente intrincado na formação do estado moderno, novamente reforçando a possibilidade do meta enquadramento ocidental/não ocidental para compreensão política.

Com isso, buscou-se oferecer ferramentas de análise para o contemporâneo, mas, especialmente, para a condição de pensamento crítico, levando em conta diversos aspectos teóricos com a finalidade de pensar mundos possíveis, a dimensão imaginal que compõe a dimensão ontológica do sujeito (Corbin, 1977).

Referências



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Albán, Adolfo & Rosero, José. Colonialidade de la naturaleza: ¿imposición tecnológica y usurpación epistémica? Interculturalidad, desarrollo y re-existencia. **Nómadas**, n. 45, p. 27-41, 2016.

Agamben, Giorgio. **O Reino e a Glória**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

Benjamin, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

Bifo, Franco Berardi. **The Soul at Work: From Alienation to Autonomy**. Los Angeles: Semiotext, 2009.

Bhabha, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

Carvalho, Olavo de. **O Império do Mentira**: coletâneas de artigos publicados entre 1997 e 2007. Campinas: Vide Editorial, 2020.

Corbin, Henry. **Spiritual Body and Celestial Earth: From Mazdean Iran to Shi'ite Iran**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1977.

Clastres, Pierre. **Sociedade contra o Estado**: investigações de antropologia política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Did-Huberman, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: 34, 2021.

Did-Huberman, Georges. **Diante da Imagem**. São Paulo: 34, 2020.

Dussel, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2005. p. 25-34.

Foucault, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

Foucault, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

Fernandes, Florestan. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

Freud, Sigmund. **O mal-estar na civilização** (1930-1936). São Paulo: Cia das Letras, 2010.

Galeano, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Guattari, Félix. **Caosmose**. São Paulo: 34, 2019.



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

- Hardt, Michael & Negri, Antônio. **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- Hardt, Michael & Negri, Antônio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- Holanda, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Haraway, Donna. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- Haraway, Donna. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- Haraway, Donna. **Staying with trouble**. Duke: Duke University Press, 2016.
- Haraway, Donna. **Manifesto das Espécies Companheiras**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- Karatani, Kojin. **The Structure of World History**: From Modes of Production to Modes of Exchange. Durham: Duke University Press, 2014.
- Kopenawa, Davi & Albert, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Lander, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, 2005.
- Latour, Bruno. **Down to Earth**. New York: Polity Press, 2018.
- Latour, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: 34, 2019a.
- Latour, Bruno. **Políticas da natureza**. São Paulo: Unesp, 2019b.
- Latour, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Rio de Janeiro: Ubu, 2020.
- Leff, Enrique. La Complejidad Ambiental. **Polis**, v. 5, n. 16, 2007.
- Lima, Cairo Henrique dos Santos. Em defesa do direito de imaginar: a imaginação como ferramenta política de agência no afrofuturismo. **Áskesis**, v. 14, n. 2, p. 54-73, 2025.
- Mignolo, Walter. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. **Revista brasileira de Sociologia**. 2017;32(94).
- Moore, Jason. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, history and crises of the Capitalism. New York: PM Impress, 2016.



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Prado Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Quijano, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

Said, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Silva, Rodrigo Ozelame da; Borda, Carolina dos Anjos de & Foppa, Carina Catiana. O sistema/mundo colonial/moderno e a natureza: reflexões preliminares. **Revista Videre**, Dourados, v. 13, n. 26, p. 138-168, 2021.

Spivak, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Schmitt, Carl. **Teologia Política**. Madri: TROTTA, 2009.

Stengers, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: 34, 2002.

Stengers, Isabelle. **Cosmopolitics I**. London: University Of Minnesota Press, 2010.

Stengers, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Viveiros de Castro, Eduardo & Danowski, Déborah. **The End of The World**. Cambridge: Polity Press, 2017.

Viveiros De Castro, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem**. São Paulo: Ubu, 2020.

Viveiros De Castro, Eduardo. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: Ubu, 2018.

Walsh, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nomadas**, [S.l.], n. 26, p. 102-113, 2007.

Walsh, Catherine: Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

Walsh, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012. Weber, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2016.

Wolkmer, Antonio Carlos & Wolkmer, Maria de Fátima. Repensando a natureza e o meio ambiente na teoria constitucional da América Latina. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, v. 19, n. 3, p. 994-1013, 2014.



Teoria crítica, um projeto Ocidental

Alex da Rosa

Data de recebimento: 26 de maio de 2025

Data de aceite: 23 de junho de 2026

Como citar este artigo de acordo com a ABNT:

ROSA, Alex da. Teoria crítica, um projeto Ocidental. **Áskesis**, v. 15, n. 1, p. 246-266, jan./jun., 2026. DOI: 10.14244/2238-3069.2026/52.